

## O PODER LEGISLATIVO COMO OBJETO DE ESTUDO DA CIÊNCIA POLÍTICA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS

*Antonio Teixeira de Barros<sup>1</sup>*  
*Lucas Emanuel Silva<sup>2</sup>*

### Resumo

O artigo analisa a produção bibliográfica sobre o Poder Legislativo nos principais periódicos de Ciência Política no Brasil com base na seguinte questão: qual a relevância dos temas atinentes ao Poder Legislativo na produção científica desses periódicos? A pesquisa, de cunho exploratório, propõe-se a mapear a relevância do Poder Legislativo como objeto de estudo nos artigos publicados por esses periódicos, considerando aspectos como: a) o que é estudado sobre legislativo, ou seja, as temáticas; b) como é estudado – metodologias e enfoques teóricos utilizados; d) quem estuda – perfil dos autores. A metodologia empregada se baseia em levantamento documental de 233 artigos publicados em periódicos classificados nos estratos superiores do sistema Qualis ao longo de 33 anos (1984-2016). Os principais resultados mostram que a área com maior expressão é a de políticas públicas. O referencial teórico predominante nos artigos examinados são os estudos legislativos. Prevalcem pesquisas qualitativas, como análise documental, estudos bibliográficos e de casos. Quanto ao perfil, os autores são predominantemente do sexo masculino, doutores, vinculados a instituições públicas, das áreas de Ciência Política e Sociologia.

**Palavras-chave:** Ciências sociais; Ciência política; Poder Legislativo; Estudos legislativos.

### Abstract

The article analyzes the bibliographic production on the Legislative Power in the main Political Science journals in Brazil, based on the following question: what is the relevance of the themes related to the Legislative Power in the scientific production of these journals? The research, of an exploratory nature, proposes to map the relevance of the Legislative Power as an object of study in the articles published by these journals, considering aspects such as: a) what is studied about legislative, that is, the themes; b) how it is studied - methodologies and theoretical approaches used; d) who studies - profile of the authors. The methodology used is based on a documentary survey of 233 articles published in journals classified in the upper strata of the Qualis system over 33 years (1984-2016). The main results show that the area with the greatest expression is that of public policies. The predominant theoretical framework in the examined articles is legislative studies. Qualitative research, such as document analysis, bibliographic and case studies prevail. As for the profile, the authors are predominantly male, doctors, linked to public institutions, in the areas of Political Science and Sociology.

**Keywords:** Social sciences; Political science; Legislative Branch; Legislative studies.

### Resumen

El artículo analiza la producción bibliográfica sobre el Poder Legislativo en las principales revistas de Ciencia Política de Brasil a partir de la siguiente pregunta: ¿cuál es la relevancia de los temas relacionados

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP), [antonibarros@gmail.com](mailto:antonibarros@gmail.com);

<sup>2</sup> Cientista Político pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), [lukasmanoel@gmail.com](mailto:lukasmanoel@gmail.com).

con el Poder Legislativo en la producción científica de estas revistas? La investigación, de carácter exploratorio, propone mapear la relevancia del Poder Legislativo como objeto de estudio en los artículos publicados por estas revistas, considerando aspectos como: a) lo que se estudia sobre legislativo, es decir, los temas; b) cómo se estudia: metodologías y enfoques teóricos utilizados; d) quién estudia - perfil de los autores. La metodología utilizada se basa en una encuesta documental de 233 artículos publicados en revistas clasificadas en los estratos superiores del sistema Qualis durante 33 años (1984-2016). Los principales resultados muestran que el ámbito de mayor expresión es el de las políticas públicas. El marco teórico predominante en los artículos examinados son los estudios legislativos. Predomina la investigación cualitativa, como el análisis documental, bibliográfico y estudios de casos. En cuanto al perfil, los autores son predominantemente hombres, médicos, vinculados a instituciones públicas, en las áreas de Ciencias Políticas y Sociología.

**Palabras-clave:** Ciencias Sociales; Ciencias Políticas; Poder Legislativo; Estudios legislativos.

## 1. INTRODUÇÃO

Questões relativas aos parlamentos fazem parte do coração das pesquisas em Ciência Política, especialmente nos periódicos mais qualificados de universidades e institutos de pesquisas nos Estados Unidos e na Europa. Tal centralidade se justifica pela relevância desse poder para a democracia representativa. Em razão disso, existem até mesmo periódicos especializados no tema, a exemplo de *Legislative Studies Quarterly*, *Parliamentary Affairs* e *Journal of Legislative Studies*. Apesar de ainda não haver periódicos especializados dessa monta no Brasil, existiam, na época da pesquisa, 67 periódicos classificados no sistema Qualis nos estratos A1, A2 e B1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais<sup>3</sup>. Seria o Poder Legislativo um objeto de pesquisa relevante nos estudos publicados por tais revistas? O que os pesquisadores priorizam quando elegem esse objeto para suas análises? Que metodologias são enfatizadas? Qual é o perfil desses pesquisadores?

Essas são as principais questões analisadas com base em levantamento documental minucioso realizado nos periódicos mencionados. Uma premissa relevante nesse contexto é que a definição do objeto é fundamental para uma área acadêmica. No caso da Ciência Política, trata-se de uma “maneira de se definir ‘político’, o que implica “a adesão a uma determinada visão do que deve ser o objeto legítimo da Ciência Política”. Além disso, envolve a forma de abordar o objeto, isto é, “a eleição dos métodos e abordagens considerados legítimos” (LEITE, 2010, p.153).

O propósito do estudo é contribuir para a compreensão da produção acadêmica em uma área que está em fase de afirmação e de consolidação no Brasil, após algumas décadas de esforço aplicado a pesquisas empíricas, resultado da implantação dos cursos de pós-graduação na área. Cabe ressaltar que a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) foi criada em 1986. Dez anos

---

<sup>3</sup> Tomamos como base o levantamento do Qualis vigente na época da pesquisa (2013-2016), sendo 11 periódicos classificados como A1; 16 como A2; e 40 como B1. Desse total de 67 periódicos, apenas 13 publicaram artigos sobre temáticas legislativas, conforme exposto nos Apêndices 1 e 2.

depois de sua fundação, a ABCP passou a realizar encontros bienais, a fim de fomentar a produção acadêmica na área. O critério de qualificação da produção, contudo, passa pelo crivo do sistema Qualis, razão pela qual optamos por avaliar especificamente os artigos publicados pelos periódicos classificados nos estratos superiores do Qualis, ou seja, a produção de maior impacto na área. É essa produção que serve de referência para os demais pesquisadores e para a composição da bibliografia curricular nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciência Política, os quais produzem estudos relacionados ao Poder Legislativo.

Antes da análise dos dados, apresentamos um breve panorama sobre a constituição do campo da Ciência Política e dos estudos legislativos no Brasil, um requisito para a contextualização da análise proposta, tendo em vista sua relação com as pesquisas sobre o poder legislativo.

## **2. UM PANORAMA SOBRE A CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA E A EMERGÊNCIA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS**

Para situar as temáticas relativas ao estudo do Poder Legislativo, é oportuno apresentar uma breve contextualização sobre a institucionalização do campo da Ciência política no Brasil. Diferentemente das ciências sociais brasileiras, cujo berço foi a Escola de Sociologia Paulista, de orientação europeia, a Ciência Política seguiu outro rumo, voltando-se para os padrões estadunidenses, como está registrado nas principais obras de referência sobre a história da disciplina no Brasil<sup>4</sup>. Essa trilha diferenciada se deve a um conjunto de fatores conjunturais e institucionais, destacando-se a interlocução de um grupo de pesquisadores de Minas Gerais com pesquisadores estadunidenses na década de 1960, com o apoio financeiro da Fundação Ford. Outro impulso foi a reforma universitária de 1968, com a instituição de um sistema nacional de pós-graduação. Um terceiro fator nesse processo é de ordem geracional, com a emergência de uma geração de pesquisadores mineiros mais interessados no estudo empírico das questões políticas, em contraposição à tradição ensaísta da sociologia paulista (KEINERT e SILVA, 2010, p.95).

A situação política do Brasil, inaugurada com o regime militar, foi um fator que se impôs aos emergentes estudos sobre política, abrindo duas linhas de análise. A primeira tinha como foco compreender como se deu a emergência do autoritarismo, enquanto a segunda procurava “delinear uma plataforma política que pudesse orientar a recomposição do regime democrático no Brasil” (KEINERT e SILVA, 2010, p. 79).

---

<sup>4</sup> A bibliografia é extensa, mas citaremos alguns títulos, como: Lamounier, 1982; Reis, 1993; Quirino, 1994; Forjaz, 1997; Arruda, 2001; Limongi, 2001; Keinert e Silva, 2010; Lessa, 2011.

A adesão aos modelos científicos da Ciência Política praticada nos Estados Unidos é justificada como uma guinada em termos de profissionalismo disciplinar, sustentado em quatro pilares: (a) alinhamento ao modelo das *hard sciences*; (b) compromisso com a objetividade científica; (c) confiança nos poderes da análise científica formal; (d) aversão aos padrões ideológicos do ensaísmo e às demais ameaças à pureza disciplinar (LESSA, 2006, p.18).

O processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil envolveu um expreso afastamento da Sociologia, a fim de afirmar sua identidade<sup>5</sup>. Essa postura foi emblemática em dois grupos de pesquisadores. O primeiro sediado no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enquanto o segundo foi reunido pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É oportuno ressaltar que essas duas instituições implantaram os programas pioneiros de pós-graduação na área de Ciência Política no Brasil. Ambos “constituem o núcleo central de institucionalização da disciplina no Brasil”. Foram os cientistas políticos “vinculados a essas instituições que assumiram a liderança desse processo” (Forjaz, 1997, sem paginação).

Pensar sobre institucionalização<sup>6</sup> e a autonomização<sup>7</sup> da disciplina implica considerar suas subdivisões e disputas internas, ou seja, compreendê-la como uma “disciplina dividida e plural” (LESSA, 2006, p.20), com múltiplas abordagens metodológicas e perspectivas teóricas. O processo de autonomização disciplinar passa necessariamente por uma modalidade de autonomização cultural, ou seja, pautada em valores acadêmicos e profissionais, teorias mais específicas sobre política e métodos próprios. A institucionalização, por sua vez, “envolve um conflito mais ou menos declarado entre distintas visões de Ciência Política” (LEITE, 2010, p.151). Assim, institucionalização, profissionalização e grau de autonomia estão estreitamente articulados. Afinal, institucionalização e profissionalização “são necessárias para que o campo da Ciência Política seja relativamente autônomo em relação a outros campos, em especial o campo político, aos outros campos acadêmicos e ao campo intelectual” (LEITE, 2010, p.152).

Um dos elementos importantes no processo de institucionalização e autonomia de um campo acadêmico são as publicações científicas, que produzem “um ritualismo intelectual e

---

<sup>5</sup> A respeito da tendência de distanciamento da disciplina em relação às demais ciências sociais, Feres Júnior (2000, p.108) adverte que “como mostra o exemplo americano, a separação da Ciência Política em especialidades isoladas em si mesmas, e das Ciências Sociais como um todo, contribui para o esvaziamento crítico do debate político e acadêmico”.

<sup>6</sup> Institucionalização é entendida como “o processo de estabelecimento de regularidades sociais, isto é, procedimentos tácitos ou explícitos (codificados) que orientam a ação dos indivíduos, tais como regras, normas e valores sociais” (Leite, 2010, p.152).

<sup>7</sup> Autonomização constitui “o processo de institucionalização, adicionado das características da especificidade e irreducibilidade: instituições que passam progressivamente a obedecer a uma lógica específica. E outras palavras, que passam, progressivamente, a ‘refratar’, ‘reprocessar’ constrangimentos, influências ou estímulos de campos externos” (Leite, 2010, p.152).

procedimental que, por efeito da concorrência, estandardiza a produção de artigos científicos”. Essa padronização “manifesta-se na homogeneização da estrutura, do tipo de escrita, da metodologia ou dos temas escolhidos”. Assim, o número de publicações e de citações “funciona como um instrumento transmissor de distinção do pesquisador” (HARO, 2017, p.95-96).

Como parte do esforço de avaliação crítica, o presente estudo se propõe a contribuir para a análise de um tema específico no campo da Ciência Política brasileira: as pesquisas sobre o poder legislativo, conforme veremos a seguir. Trata-se de um subcampo de estudos expressivo no Brasil, com variadas pesquisas e abordagens, como mostram diversos autores (PEREIRA; MUELLER, 2000; ANASTASIA, 2006; RENNÓ; INÁCIO, 2006; LIMONGI; FIGUEIREDO, 2004; MÜLLER, 2005; MOISÉS, 2011).

Como explica Santos (1994; 2006; 2008), o interesse da Ciência Política brasileira pelo Poder Legislativo como objeto de estudo intensificou-se com a realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1986-87 e a promulgação da Constituição de 1988. Ademais, com a nova Carta Constitucional,

o Congresso recuperou muitos dos poderes subtraídos pelas sucessivas reformas constitucionais impostas pelos governos militares. Mais do que isto. Em diversos pontos, o Congresso teve seus poderes ampliados em relação àqueles consagrados pela Carta de 1946. A nova carta permite ao Congresso contribuir de maneira efetiva para a formulação de políticas públicas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, p. 3).

Além dos impactos e efeitos da nova Constituição nas relações entre o Poder Executivo e o Legislativo, outro foco desse período foram explicações e análises empíricas sobre o funcionamento do Congresso Nacional no contexto da redemocratização (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1994a; 1994b). Tais pesquisas foram inspiradas nos estudos legislativos estadunidenses, numa tentativa de produzir conhecimento a partir de suportes teóricos e metodológicos já consolidados e validados pela literatura internacional.

Nas palavras de um dos pesquisadores pioneiros desse período, diante da falta de produção nacional sobre o tema, “travar conhecimento com o debate que se desenvolve entre os estudiosos do congresso mais estudado de todo o mundo me parece um bom começo” (LIMONGI, 1994a, p. 4), referindo-se aos estudos já existentes sobre o Congresso dos Estados Unidos.

O primeiro esforço do autor, portanto, foi sistematizar a literatura existente, o que resultou no artigo *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente* (LIMONGI, 1994a). No texto, o autor descreve a mudança de eixo da Ciência Política norte-americana, superando as explicações de base behavioristas (o estudo do comportamento dos atores políticos) e o estudo das funções das instituições políticas (o institucionalismo) para a análise neoinstitucionalista, que prioriza os processos políticos como as variáveis mais relevantes.

O estudo dos processos políticos se justificaria em razão das análises construídas a partir da observação direta sobre o funcionamento do Capitólio. Essas análises, longe de simplificar e reduzir as descrições sobre a atuação do parlamento norte-americano, demonstram a complexidade e a interrelação de variáveis, resultando em três modelos explicativos: o distributivista, o partidário e o informacional.

O primeiro modelo demonstra o predomínio da atuação parlamentar voltada para promover a conexão eleitoral, por meio da priorização do atendimento das demandas de suas bases eleitorais. O segundo revela a força dos partidos e seu potencial para orientar e conduzir o comportamento parlamentar nas comissões. O terceiro tem como eixo a atuação dos parlamentares em casos que exigem conhecimentos técnicos e especializados como suporte para o processo decisório. Nesses casos, os parlamentares utilizam as comissões como instrumentos para a coleta de informações a exemplo das audiências públicas com convidados que são especialistas nos temas discutidos. Os três modelos coexistem e o predomínio de um ou outro depende de vários fatores, como a conjuntura política, a composição partidária das comissões, a adesão aos programas e políticas do Poder Executivo, a oposição a esses programas, além do nível de institucionalização e especialização das comissões.

Com o patrocínio do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), foi publicado na sequência o estudo *Terra incógnita: funcionamento e perspectivas do Congresso Nacional* (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995a), uma aplicação empírica do primeiro texto citado. Além do novo desenho institucional tributário da nova constituição, os autores descrevem os modelos de atuação dos parlamentares nas comissões legislativas conforme as lógicas distributivista, informacional e partidária, a partir de estudos empíricos que lançariam as bases para futuras análises. Convém ressaltar que, ainda hoje, tais análises permanecem como fontes de referência para os estudos legislativos no Brasil.

Os mesmos autores deram continuidade a uma ampla agenda de pesquisa sobre o Poder Legislativo federal, incluindo temas como a atuação dos partidos políticos na Câmara dos Deputados (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995b), o uso, tramitação e apresentação de emendas às medidas provisórias (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1997), além de outros temas como: processo orçamentário, governabilidade, poder de agenda do legislativo, apoio partidário ao Executivo, votações nominais, disciplina partidária, formação de maioria e base parlamentar, entre outros temas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Não cabe aqui um inventário completo da produção acadêmica sobre os estudos acerca de temáticas legislativas. Esse inventário já foi realizado por Santos (2006; 2008).



Depois de mais de uma década de pesquisas empíricas, passou-se a comparar os estudos legislativos brasileiros com as pesquisas estadunidenses. Apesar de identificarem semelhanças, os pesquisadores apontaram diferenças expressivas, as quais são sistematizadas por Santos (2008). Assim, uma das conclusões desses estudos de política comparada é que as influências de paradigmas teóricos de modelos metodológicos “podem não seguir um padrão, e que, em diferentes campos de estudos, podem se apresentar de maneiras bastante distintas” (SANTOS, 2008, p.23)<sup>9</sup>.

O autor argumenta que, enquanto os autores norte-americanos identificaram

uma polarização entre dois conjuntos de variáveis, quais sejam, forma de governo (presidencialismo vs parlamentarismo) e sistemas eleitorais (voto partidário vs voto pessoal), nos estudos legislativos no Brasil a polarização se deu entre as variáveis de processo decisório (centralização vs descentralização) e sistema eleitoral (voto pessoal vs voto partidário) – (SANTOS, 2008, p. 22).

Ao aprofundar a análise sobre as comparações, o mesmo autor aponta que houve um cisma entre as análises fundamentadas na versão partidária do neoinstitucionalismo e as explicações guiadas pela natureza distributivista da atuação parlamentar. Entretanto, além de constituírem um corpo menor de pesquisas empíricas, as análises distributivistas “influenciaram muitas investigações, mas pouco serviram para explicar o caso brasileiro” (p.23). Isso porque as pesquisas brasileiras identificaram “um papel mais determinante dos partidos, do poder de agenda do presidente e dos recursos de patronagem na arena legislativa” (p.22). Conforme resume o autor:

Estes foram os fatores explicativos mais presentes na justificação do desempenho do legislativo. Mais do que as trocas mediadas por comissões, onde minorias encasteladas fazem valer seus interesses sobre os da maioria, conforme sugeririam os adeptos da versão distributivista. Merece registro a tímida presença dos elementos da versão informacional (SANTOS, 2008, p. 22).

Sobre a agenda de pesquisa brasileira acerca de temáticas relacionadas aos legislativos, o mesmo autor conclui que, no contexto nacional, a agenda foi mais ampla do que o universo norte-americano. Entre os temas nacionais o autor relaciona os seguintes:

- O papel dos partidos na arena legislativa;
- O poder de agenda do Presidente;
- Abdicação x delegação de poderes do legislativo para o Executivo;
- Conexão eleitoral;
- Carreiras parlamentares.
- Processo orçamentário;
- *Outputs* legislativos e o sistema de comissões.

---

<sup>9</sup> Nos parágrafos seguintes, usamos de forma recorrente o trabalho de Santos (2008), porque se trata de uma ampla revisão dos estudos legislativos brasileiros.

Segundo a avaliação do autor, o caso brasileiro contemplou novos temas como “a *accountability* horizontal (ou mecanismos de *checks and balances*), a governabilidade e o papel das instituições estaduais no processo decisório (poder dos governadores)”- (SANTOS, 2008, p.25).

Em suma, na avaliação do autor,

está claro que a ciência política brasileira, no que diz respeito aos estudos legislativos, tem se desenvolvido a passos largos. Ou seja, trata-se de um subcampo que nos últimos anos foi fortemente marcado pelo rigor metodológico e pela cumulatividade do conhecimento científico. Parece justo reputar esta evolução a pelo menos três aspectos: primeiro a escolha de um objeto de estudo bem delimitado, segundo o compromisso dos pesquisadores com questões teoricamente informadas e empiricamente verificáveis e por fim o rigor metodológico cada vez mais presente na produção acadêmica (SANTOS, 2008, p. 26).

O rigor metodológico enfatizado pelo autor na citação acima decorre de sua constatação de que os estudos legislativos brasileiros se caracterizam por pesquisas empíricas consistentes, ancoradas em métodos estatísticos confiáveis. Isso permitiu, a essas pesquisas, avanços expressivos, passando da descrição para a explicação, por meio de métodos inferenciais. Dessa forma, o conhecimento produzido conquista legitimidade em razão da confiabilidade metodológica, segundo a avaliação do autor.

Além da ampliação da agenda de pesquisa, outros pesquisadores também passaram a se dedicar ao estudo de temas relacionados aos legislativos, especialmente em nível federal. Tais pesquisas são classificadas em duas categorias por Santos (2008). A primeira compreende análises focadas nas variáveis endógenas, ou seja, os fatores relativos à organização interna das instituições legislativas e seu funcionamento. A segunda abrange as variáveis exógenas, isto é, aspectos que não se limitam ao âmbito interno das duas casas que compõem o Congresso Nacional, como as relações com o Executivo, a atuação de grupos de pressão, a relação do Congresso com os governadores, entre outros temas.

Nessa agenda mais recente, um dos temas de destaque foi a atuação do Congresso Nacional no contexto do presidencialismo de coalizão, termo cunhado por Abranches (1998) para designar as alianças entre governo e os principais partidos com representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com o propósito de garantir a governabilidade. Esse fenômeno surge em razão da fragmentação partidária, o que leva a eleições em que o titular do Poder Executivo não consegue conquistar a maioria partidária necessária para aprovar as matérias de seu interesse no Congresso Nacional. Como estratégia para manter seu poder de agenda e assegurar êxito nas votações, o Presidente da República promove negociações com partidos que não fizeram parte de sua base de apoio no processo eleitoral.



Em meio à profusão de estudos sobre esse tema, cujo inventário não é cabível, convém mencionar o de Fabiano Santos (2002) sobre a atuação dos partidos e das comissões no presidencialismo de coalizão. Para o autor, o trabalho dos líderes partidários, que indicam os parlamentares para as comissões legislativas, passou a levar em conta um ingrediente a mais no presidencialismo de coalizão. Se antes os fatores mais relevantes eram a fidelidade partidária e a expertise dos parlamentares, com o presidencialismo de coalizão, o apoio às propostas, medidas e decisões do Poder Executivo também passou a ser fortemente considerado.

Outro tema que adquiriu relevância na agenda de pesquisa de cientistas políticos sobre os legislativos foi o papel do Congresso Nacional no âmbito das políticas públicas. Em meio à diversidade de pesquisas nesse campo, mencionamos a título de exemplo o estudo de Pogrebinschi e Santos (2011), que destaca a atuação do Poder Legislativo no campo das políticas públicas nacionais, com um amplo poder de agenda, além do poder de veto. Segundo os autores, a relevância atuação do Congresso Nacional ocorre em todas as fases das políticas públicas, desde a formulação, fiscalização e avaliação, em razão de seu poder decisório nessa área.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, novos temas de pesquisa se impuseram, incluindo: participação política, comunicação política, dados abertos, transparência, democracia digital, parlamento aberto e mandato digital. Esse campo de pesquisa abriga estudos de autores de variadas áreas, em função das diversas interfaces dessas pesquisas com outros campos disciplinares, como Sociologia, Administração Pública, Antropologia, Direito, Ciência da Informação, Comunicação Política, entre outros.

Essa variedade temática demonstra o vigor e o dinamismo dos estudos teóricos e empíricos sobre temas relacionados aos legislativos. Além disso, convém mencionar que os parlamentos são diretamente afetados pelas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Assim, mudam as dinâmicas internas das instituições legislativas e seu funcionamento, bem como as campanhas eleitorais, a forma dos representantes interagirem com suas bases, entre outros aspectos. Logo, essas transformações passam a exigir análises, fazendo emergir novas agendas e métodos de pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

O *corpus* de pesquisa, composto por 233 textos, foi extraído de 13 periódicos brasileiros dos estratos superiores do *Qualis* na área de Ciência Política que publicaram artigos sobre temas relacionados aos legislativos, totalizando 291 volumes e 592 números, no período de 1984 a 2016,

ou seja, 33 anos. Trata-se de um universo expressivo tanto do ponto de vista histórico quanto do volume de material publicado (Apêndices 1 e 2). Foram excluídos os demais periódicos que não publicaram nenhum artigo sobre temáticas legislativas no período estudado.

A pesquisa, de natureza exploratória, foi realizada em quatro etapas. A primeira consistiu na busca dos artigos sobre o tema no acervo eletrônico de cada periódico, com base no título, palavras-chave e resumo. A compilação, realizada de forma manual, teve como base um elenco de 55 termos de busca, a fim de evitar eventuais exclusões de artigos. A lista completa dos termos de busca consta no Apêndice 3.

A partir da busca pelos termos mais genéricos, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave para confirmar se os artigos contemplavam alguma temática relacionada aos legislativos. Em alguns casos, foi necessária a leitura da introdução para a certificação com mais clareza sobre a decisão de incluir ou não determinados textos no *corpus* da pesquisa.

A segunda etapa teve como objetivo traçar o perfil dos autores e identificação das instituições às quais os pesquisadores estão vinculados. Aqui, o *corpus* já havia sido definido. As fontes de informação para essa fase foram os dados fornecidos pelos próprios autores, nas notas biográficas publicadas no rodapé de cada artigo: nome, titulação, instituição. Com base nessas informações mais gerais, foi possível deduzir o sexo (pelo nome), país e região geográfica. O propósito aqui foi traçar um perfil dos autores, ou seja, de quem pesquisa e publica sobre temas referentes aos legislativos.

A terceira fase teve como base a análise de conteúdo dos artigos, a fim de examinar as temáticas estudadas, metodologias e enfoques teóricos. Aqui recorreremos a um procedimento específico da análise de conteúdo, denominado análise categoria, que consiste em identificar categorias temáticas gerais e abrangentes, a partir da leitura do material que compõe o corpus de pesquisa (BARDIN, 2011). Nessa etapa, foi necessária uma leitura mais ampla dos artigos, a fim de se identificar as informações mencionadas, ou seja, os temas e objetos de estudo em questão, os procedimentos metodológicos utilizados e as abordagens teóricas. O propósito foi mapear dados que oferecessem informações mais detalhadas sobre os estudos e pesquisas acerca de temáticas legislativas.

A quarta, por sua vez, consistiu na análise estatística dos dados a partir do uso de técnicas descritivas. As variáveis categorizadas na fase anterior são examinadas nessa etapa. Em relação à análise descritiva, foram empregadas frequências absoluta e relativa. Os dados foram tabulados em planilha do *Microsoft Excel 2016*<sup>®</sup> e as análises foram executadas com o auxílio do *R Statistics*.

**Tabela 1** – Artigos publicados por periódico sobre legislativos

|    | Periódico                              | Qualis | Artigos    | %             |
|----|--|--------|------------|---------------|
| 1  | Dados                                  | A1     | 69         | 29,61         |
| 2  | Revista de Sociologia e Política       | A1     | 44         | 18,88         |
| 3  | Opinião Pública                        | A1     | 27         | 11,59         |
| 4  | Revista Brasileira de Ciências Sociais | A2     | 26         | 11,16         |
| 5  | Novos Estudos CEBRAP                   | A2     | 24         | 10,30         |
| 6  | Revista Brasileira de Ciência Política | B1     | 13         | 5,58          |
| 7  | Lua Nova                               | A2     | 9          | 3,86          |
| 8  | Brazilian Political Science Review     | A2     | 8          | 3,43          |
| 9  | Sociedade e Estado                     | B1     | 7          | 3,00          |
| 10 | Sociologias                            | B1     | 3          | 1,29          |
| 11 | Sociedade e Cultura                    | B1     | 1          | 0,43          |
| 12 | Caderno CRH                            | B1     | 1          | 0,43          |
| 13 | Tempo Social                           | B1     | 1          | 0,43          |
|    | <b>Total</b>                           |        | <b>233</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A Tabela 1 apresenta um mapeamento dos artigos publicados por periódico sobre temáticas relativas aos legislativos. Em primeiro lugar, aparece a revista *Dados*, seguida da *Revista de Sociologia e Política*, *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Novos Estudos CEBRAP*. Trata-se, aliás, das principais revistas da área e as que estão em atividade há mais tempo. Em seguida, aparecem periódicos como *Tempo Social*, *Caderno CRH* e *Sociologias*. As revistas dos estratos A1 e A2 foram as que mais publicaram artigos sobre temáticas legislativas (Tabela 1).

#### 4. O QUE É ESTUDADO: TEMÁTICAS DE ESTUDO

O espectro temático dos artigos publicados é amplo e pulverizado, como se vê na Tabela 2, possivelmente fruto da ausência de políticas específicas para a pesquisa sobre o poder legislativo nos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil. A área com maior percentual é a de Políticas Públicas, ou seja, a atuação do poder legislativo nessas políticas. Entre outras temáticas expressivas, estão os estudos partidários, representação política, carreiras política, comportamento parlamentar, produção legislativa e relações entre Executivo e Legislativo.

**Tabela 2** – Temáticas dos estudos

| Temas              | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|--------------------|---------------------|-------------------------|
| Políticas públicas | 52                  | 13,40                   |

|                                    |     |       |
|------------------------------------|-----|-------|
| Comportamento parlamentar          | 41  | 10,57 |
| Estudos partidários                | 34  | 8,76  |
| Representação                      | 33  | 8,51  |
| Carreira política                  | 30  | 7,73  |
| Relações Executivo-Legislativo     | 27  | 6,96  |
| Eleições                           | 26  | 6,70  |
| Constituinte                       | 14  | 3,61  |
| Elites políticas                   | 13  | 3,35  |
| Comissões                          | 12  | 3,09  |
| Recrutamento político              | 11  | 2,84  |
| Produção Legislativa               | 11  | 2,84  |
| Federalismo                        | 9   | 2,32  |
| Processo orçamentário              | 8   | 2,06  |
| Participação                       | 7   | 1,80  |
| Democracia digital e transparência | 7   | 1,80  |
| Comunicação política               | 7   | 1,80  |
| Representação feminina             | 6   | 1,55  |
| Política internacional             | 6   | 1,55  |
| Deliberação                        | 6   | 1,55  |
| Participação política              | 5   | 1,29  |
| Valores políticos                  | 4   | 1,03  |
| Lobby e grupos de pressão          | 4   | 1,03  |
| Accountability                     | 4   | 1,03  |
| Opinião pública                    | 3   | 0,77  |
| Legislação                         | 3   | 0,77  |
| Educação para a democracia         | 2   | 0,52  |
| Política e religião                | 1   | 0,26  |
| Discurso parlamentar               | 1   | 0,26  |
| Outros                             | 1   | 0,26  |
| Total <sup>10</sup>                | 388 | 100   |

Fonte: Elaboração própria (2019).

Uma justificativa para a maior presença de estudos sobre Políticas Públicas é que se trata de uma área com uma agenda de pesquisa definida, que está em franca expansão e institucionalização nos programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil (ARRETCHE, 2003). Segundo a autora, o crescente interesse por essa temática

está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado –, assim como as oportunidades abertas à participação

<sup>10</sup> O total de temas é maior do que o número de artigos, porque há artigos que tratam de mais de um assunto.

nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesses – despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os ‘micro’ mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (ARRETCHE, 2003, p. 8).

Convém salientar que o escopo da análise, conforme expresso na introdução do texto, contempla a produção publicada nos periódicos qualificados nos estratos superiores na área de Ciência Política. Portanto, não foram considerados artigos publicados em revistas de Administração ou de Políticas Públicas, por estarem fora desse escopo. Conforme já foi justificado, o foco da pesquisa é a produção sobre temáticas relacionadas diretamente ao Poder legislativo, porém em conformidade com o escopo acima definido.

A diversidade temática está relacionada com os fatores apontados acima, além de ressaltar a variedade de possibilidades para pesquisa no âmbito dos legislativos. Por outro lado, a dispersão temática pode ser indício de que ainda não existem linhas de pesquisa institucionalizadas nos programas de pós-graduação em ciência política que contemplem o Poder Legislativo como objeto de estudo. Como argumenta Arretche (2003), a simples proliferação espontânea de pesquisas não é suficiente para assegurar o desenvolvimento e a consolidação de uma área disciplinar.

#### 4.1. LEGISLATIVO NACIONAL, SUBNACIONAIS E ESTRANGEIROS

Em termos de abrangência, predominam estudos sobre o Poder Legislativo federal, com 79,75% (189) dos trabalhos, em especial temas atinentes ao Congresso Nacional, representando 62,43% (118) nessa categoria. Os estudos sobre Câmara dos Deputados e Senado Federal tendem a contemplar análises comparativas de como determinado tema foi tratado pelas duas casas, a organização institucional ou as diferenças de procedimentos. Ainda em relação ao legislativo federal, analisando as duas casas isoladamente, observa-se que há uma preferência pela Câmara dos Deputados como objeto de análise (31,22%). Pesquisas sobre os legislativos estaduais somam 10,13% do *corpus*, enquanto os estudos relativos aos legislativos municipais ficam com 2,95% e os parlamentos estrangeiros somam 7,17%.

Os temas mais recorrentes relativamente à Câmara dos Deputados são os estudos partidários (14,1%), políticas públicas (12,1%) e comportamento parlamentar (11,1%). Os legislativos subnacionais ainda são pouco estudados (10%), menos ainda no caso dos municipais.

No casos dos legislativos estrangeiros, predominam instituições da América Latina, com 76,19%. Os estudos sobre parlamentos latino-americanos dividem-se entre a comparação de aspectos ou questões entre parlamentos de países vizinhos, a exemplo de Argentina e Brasil e a

análises de questões específicas das casas legislativas nacionais. Há estudos que comparam as atribuições constitucionais do senado da Argentina e do senado brasileiro, além de comparações entre o sistema político da Argentina, Chile e Brasil. Trata-se, portanto, de uma interessante frente de estudos comparados.

A distribuição entre os legislativos estaduais reflete a atuação de pesquisadores dos programas de pós-graduação mais ativos em termos de pesquisas sobre o legislativo, a exemplo da ALMG (com 24% dos artigos nessa categoria). Trata-se do resultado do investimento do Departamento de Ciência Política da UFMG, com a criação do Centro de Estudos Legislativos, com 28 pesquisadores, vinculados a projetos de pesquisa específicos sobre o legislativo, incluindo a ALMG. Os artigos sobre a ALRS (16%), ALPR (12%) e ALSP (8%) também resultam do empenho de pesquisadores dos programas de pós-graduação das respectivas unidades da federação em estudos empíricos sobre os legislativos estaduais. Essa produção é fruto da atuação de grupos de pesquisas situados nos cursos de pós-graduação em ciência política da UFMG, da UFPR e da UFRGS. Entre os temas estudados, estão a dinâmica política estadual, atuação dos parlamentares e a legislação estadual.

Quanto aos estudos sobre legislativos municipais, são concentrados em apenas três unidades da federação: municípios do PR (3), RS (2) e MT (1). Os legislativos municipais ainda não fazem parte da agenda de pesquisa dos programas de pós-graduação em Ciência Política. Os estudos registrados são de autoria de antropólogos interessados nas dinâmicas de poder local e na compreensão do cotidiano dos vereadores. O legislativo municipal permanece, portanto, um terreno a ser cartografado pela Ciência Política brasileira.

## **5. COMO AS TEMÁTICAS LEGISLATIVAS SÃO ESTUDADAS: TEORIAS E METODOLOGIAS UTILIZADAS**

### **5.1. TEMÁTICAS**

Em relação às teorias utilizadas, como se vê na Tabela 3, predominam os estudos legislativos, ou seja, um campo teórico tipicamente estadunidense, demonstrando que o alinhamento da Ciência Política brasileira com a Ciência Política norte-americana permanece. Os estudos legislativos funcionam como um paradigma para as pesquisas sobre o legislativo, no sentido de que constitui



“um corpo de crenças metodológicas e teóricas comuns que orientem a seleção, avaliação e crítica dos fatos relevantes a serem observados” (ARRETCHE, 2003, p.9).

**Tabela 3 – Teorias utilizadas**

| Teorias                                 | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|---|---------------------|-------------------------|
| Estudos legislativos                    | 137                 | 42,95                   |
| Neoinstitucionalismo                    | 33                  | 10,34                   |
| Instituições governamentais específicas | 31                  | 9,72                    |
| Elites                                  | 27                  | 8,46                    |
| Relações intergovernamentais            | 23                  | 7,21                    |
| Estudos culturais                       | 22                  | 6,9                     |
| Estudos de Mídia e política             | 19                  | 5,96                    |
| Sistemas governamentais                 | 15                  | 4,7                     |
| Constitucionalismo                      | 12                  | 3,76                    |
| Total                                   | 319                 | 100                     |

Fonte: Elaboração própria (2019).

Trata-se de um referencial teórico que orienta não apenas as pesquisas sobre o Poder Legislativo no Brasil, mas o sistema político brasileiro em seu conjunto (LIMONGI, 2010). Ao analisarem a recente agenda de pesquisa sobre estudos legislativos no Brasil, Araújo e Silva (2012, p.58) concluem que esse referencial está presente “nas abordagens sobre a relação entre o Congresso Nacional e o Executivo federal, sobre os partidos políticos, as comissões parlamentares, o conteúdo da produção legislativa e outros assuntos relativos ao funcionamento do Legislativo”.

## 5.2. NATUREZA DAS PESQUISAS X METODOLOGIAS

Os tipos de estudos predominantes e suas respectivas metodologias dizem muito sobre o tipo de pesquisa realizada sobre o legislativo. A preferência dos autores pelos estudos documentais, estudos de casos e análises bibliográficas decorrem de trabalhos realizados individualmente, sem financiamento e de forma voluntária pelos autores (Tabelas 4 e 5). Esse diagnóstico resulta da baixa institucionalização da pesquisa sobre o poder legislativo, revelando que ainda não há uma comunidade científica organizada nesse campo. Afinal de contas, é essa comunidade que define “as questões legítimas de investigação, bem como os procedimentos e técnicas aceitáveis para a constituição do próprio objeto da investigação” (ARRETCHE, 2003, p.9).

**Tabela 4 – Natureza da pesquisa**

| Tipo de pesquisa | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|------------------|---------------------|-------------------------|
|------------------|---------------------|-------------------------|

|              |     |        |
|--------------|-----|--------|
| Qualitativa  | 142 | 60,94  |
| Mista        | 87  | 37,34  |
| Quantitativa | 4   | 1,72   |
| Total        | 233 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A maior parte dos trabalhos é de natureza qualitativa (60,94%). Dentre eles, a preferência dos autores pela análise de conteúdo (42,35%) e pelos estudos documentais (37,65%)<sup>11</sup> decorrem de trabalhos realizados individualmente, sem financiamento e de forma voluntária pelos autores.

**Tabela 5 – Técnicas utilizadas nos métodos qualitativos**

| Metodologias                  | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|-------------------------------|---------------------|-------------------------|
| Análise de conteúdo           | 108                 | 42,35                   |
| Análise documental            | 96                  | 37,65                   |
| Análise de discurso           | 16                  | 6,27                    |
| Análise institucional         | 12                  | 4,71                    |
| Análise do processo decisório | 9                   | 3,53                    |
| Prosopografia                 | 6                   | 2,35                    |
| Etnografia                    | 3                   | 1,18                    |
| Estudos sobre opinião pública | 2                   | 0,78                    |
| Outros                        | 2                   | 0,78                    |
| Estudos de percepção social   | 1                   | 0,39                    |
| Total                         | 255                 | 100                     |

Fonte: Elaboração própria (2019).

Entre outras metodologias, o levantamento registra ainda análises de discurso, prosopografia, análises institucionais, estudos sobre percepção social, sobre opinião pública, etnografia, estudos sobre poder local e processo decisório (Tabela 5).

## 6. PERFIL DOS PESQUISADORES: QUEM ESTUDA TEMÁTICAS LEGISLATIVAS

### 6.1. TIPO DE AUTORIA X COLABORAÇÃO AUTORAL

<sup>11</sup> Os estudos documentais, aqui, são considerados aqueles realizados com base em documentos políticos produzidos pelo ou sobre o Poder Legislativo e temas correlatos, a exemplo de projetos de leis, pronunciamentos parlamentares, atas e notas taquigráficas de sessões legislativas, normativos, programas partidários e de governo, entre outros.

Predominam os artigos de autoria individual, com 66,52%, seguidos dos textos com dois autores (27,04 %), como exposto na Tabela 6. É sabido que a prática de autoria compartilhada é pouco aplicada nas Ciências Sociais, figurando na literatura como um hábito mais comum entre pesquisadores das ciências exatas, da natureza e da saúde (MEADOWS, 1999). Afinal, “as ligações intelectuais entre as ideias dos cientistas se estabelecem através de relações sociais” (VANZ; STUMP, 2010, p.43).

Apesar disso, o compartilhamento de autoria é considerado um importante indicador de constituição de redes de colaboração científica, um dado muito positivo do ponto de vista da institucionalização de um campo de pesquisa (MAIA; CAREGNATO, 2008). O percentual com dois autores é de 27,04%. Os resultados reportados a partir do nosso levantamento corroboram a tendência encontrada por Codato et al. (2017) sobre o baixo padrão de coautoria na Ciência Política nacional.

**Tabela 6 – Tipo de autoria**

| <b>Tipo de autoria</b> | <b>N</b>   | <b>%</b>      |
|------------------------|------------|---------------|
| Um autor               | 155        | 66,52         |
| Dois autores           | 63         | 27,04         |
| Três autores           | 13         | 5,58          |
| Quatro ou mais autores | 2          | 0,86          |
| <b>Total</b>           | <b>233</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Elaboração própria (2019).

Uma das possíveis explicações para a baixa colaboração científica nos estudos sobre o poder legislativo pode estar nos tipos de estudos predominantes: documental, estudo de caso e estudos bibliográficos (Tabela 7). Em geral, esses estudos são mais solitários e de curta duração, resultantes de iniciativas individuais dos autores. Esses resultados corroboram os achados reportados por Codato et al (2017) sobre a tendência mais recente da cooperação científica na Ciência Política contemporânea.

A autoria compartilhada é mais comum em grandes projetos de pesquisa, visto que “a colaboração torna grandes pesquisas possíveis de serem realizadas, pois pode poupar esforço e tempo de cada membro em particular e da equipe em geral” (SOARES; SOUZA; MOURA, 2010, p.529). Ademais, complementam os autores: “a múltipla autoria é mais comum em pesquisas empíricas do que em pesquisas teóricas” (p.536). Cabe ressaltar ainda que a baixa colaboração é considerada na literatura quase um padrão nas Ciências Sociais de modo geral e não apenas na ciência política, mesmo havendo maior número de estudos empíricos nessa última (SOARES; SOUZA; MOURA, 2010).

## 6.2. VÍNCULO DOS AUTORES E PERFIS INSTITUCIONAIS

É sabido que as duas casas que compõem o Congresso nacional contam com um corpo expressivo de pesquisadores<sup>12</sup>, o que justifica verificar qual o grau de participação deles no cômputo geral do levantamento aqui realizado. Os dados, contudo, mostram baixa participação desse segmento, com apenas 7% da produção. Desse total, predominam artigos (11) assinados por servidores da Câmara dos Deputados e quatro textos de servidores do Senado. Não houve registro de artigos publicados por servidores de instituições legislativas subnacionais.

Outro indicador relevante diz respeito à natureza interinstitucional da produção avaliada. Em geral, há baixa produção interinstitucional, apenas 15,28%. Desse percentual, predominam os artigos que envolvem autores de duas instituições (32) e apenas 3 com autores de três instituições. A produção interinstitucional amplia as redes de colaboração científica e contribui para a qualificação da produção de uma área disciplinar. Entretanto, como já foi afirmado anteriormente, as redes de colaboração são mais comuns em campos científicos específicos e nos casos de pesquisas experimentais ou empíricas de grande porte e de longa duração. Nas Ciências Sociais, os estudos são menos sistematizados, com maior tendência à fragmentação e isolamento (SOARES; SOUZA; MOURA, 2010).

Destaca-se o predomínio de pesquisadores com doutorado e doutorandos, que somam 91,10%, como exposto na Tabela 7. Esse perfil se explica certamente pelo rigoroso protocolo de avaliação dos artigos pelos periódicos, os quais, geralmente realizam uma avaliação prévia pelos editores (*desk review*), seguida da avaliação cega por pares, com dois ou três pareceristas. Tal sistema de controle de qualidade é, com certeza, um dos motivos para a elevada titulação dos autores.

Embora a titulação não seja o único requisito de qualidade, é oportuno argumentar que o título de doutor carrega consigo uma trajetória de vivência e de experiência no respectivo campo disciplinar. Essa trajetória contribui para a socialização científica, no sentido de internalização das regras e cânones de um determinado campo científico, resultando na construção de uma identidade social e profissional dos pesquisadores. Afinal, é pelo contínuo processo de socialização científica que as teorias e métodos científicos se tornam realidades vividas no cotidiano dos pesquisadores (PEIRANO, 2006).

---

<sup>12</sup> As duas casas contam com mais de 150 doutores, quase um terço na área de ciências sociais e ciência política, segundo informações do Centro de Formação da Câmara e do Instituto Legislativo Brasileiro (Senado), em maio de 2017.

**Tabela 7 – Titulação dos autores**

| <b>Título</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa (%)</b> |
|---------------|----------------------------|--------------------------------|
| Doutor        | 194                        | 69,04                          |
| Doutorando    | 62                         | 22,06                          |
| Mestre        | 15                         | 5,34                           |
| Mestrando     | 10                         | 3,56                           |
| Total         | 281                        | 100,00                         |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A revisão por pares é parte da cultura científica, não apenas como dispositivo de controle de qualidade acadêmica dos estudos, mas também como um mecanismo internacionalmente reconhecido como indispensável para “definir um referencial de governabilidade interna para a ciência” (VELHO, 1997, p.16). Além de um procedimento institucionalizado “para alocar recursos para a ciência”, trata-se de um sistema “para premiar e construir reputações e para distribuir poder e prestígio dentro da comunidade científica”, explica a autora.

**Tabela 8 – Natureza das instituições às quais os autores são vinculados**

| <b>Tipo</b>             | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa (%)</b> |
|-------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Nacional Pública        | 188                        | 65,05                          |
| Nacional outra natureza | 48                         | 16,61                          |
| Estrangeira pública     | 39                         | 13,49                          |
| Nacional Privada        | 14                         | 4,84                           |
| Total                   | 289                        | 100,00                         |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A cartografia do vínculo institucional dos autores revela o predomínio das universidades nacionais públicas, como mostra a Tabela 8, com 65,05%. As universidades públicas são reconhecidas como os principais celeiros de produção acadêmica no Brasil e são elas que concentram os principais programas de pós-graduação em Ciência Política no País. Apesar das conhecidas críticas ao sistema nacional de pós-graduação no Brasil, a exemplo do modelo de *ciência de reprodução* - no sentido de reproduzir aqui padrões científicos de outros países, (SANTOS, 2003, p.629), é esse sistema que sustenta a produção científica, o que também ocorre no caso da Ciência Política.

**Tabela 9 – Região geográfica de origem dos autores brasileiros**

| <b>Região</b> | <b>Frequência absoluta</b> | <b>Frequência relativa (%)</b> |
|---------------|----------------------------|--------------------------------|
|---------------|----------------------------|--------------------------------|

|              |     |        |
|--------------|-----|--------|
| Sudeste      | 141 | 62,01  |
| Centro-Oeste | 38  | 16,59  |
| Sul          | 34  | 14,41  |
| Nordeste     | 14  | 6,11   |
| Norte        | 2   | 0,87   |
| Total        | 229 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A produção está concentrada nas instituições públicas do Sudeste: USP, UFMG, UFSCAR, Unicamp e UERJ. Em seguida estão as universidades do Sul: UFPR e UFRGS. No Centro-Oeste, destaca-se a UnB. Nordeste e Norte apresentam menor participação, o que também se justifica pela baixa presença de cursos de pós-graduação nessas regiões, sendo apenas um na região Norte (UFPA) e oito cursos no Nordeste. No Sudeste, estão 18 programas e, no Sul, sete (CAPES, 2016). Isso explica a configuração regional expressa na Tabela 9.

Conforme exposto na parte inicial do texto, desde a sua origem, a Ciência Política brasileira teve essa forte vinculação com centros regionais de pesquisa situados no Sudeste do país, como as demais Ciências Sociais (REIS, 1993; FORJAZ, 1997; LIMONGI, 2001). Uma peculiaridade ressaltada na literatura foi o protagonismo intelectual de dois grupos regionais: um mineiro e um carioca. O que destoava do histórico da Ciência Política é a atual liderança da USP, como vê na Tabela 10. Considerada o berço da Sociologia, a partir dos dados, pode-se afirmar que, atualmente, a USP tornou-se também um relevante centro de produção acadêmica na área de Ciência Política. Em consequência disso, as pesquisas sobre temas legislativos também são mais expressivos nas instituições do Sudeste.

**Tabela 10 – Instituições nacionais públicas**

| Instituições | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|--------------|---------------------|-------------------------|
| USP          | 43                  | 23,12                   |
| UNB          | 24                  | 12,9                    |
| UFMG         | 22                  | 11,83                   |
| UFPR         | 15                  | 8,06                    |
| UFRGS        | 14                  | 7,53                    |
| UERJ         | 12                  | 6,45                    |
| UFPE         | 10                  | 5,38                    |
| UNICAMP      | 8                   | 4,3                     |
| UFSCAR       | 7                   | 3,76                    |
| UNESP        | 3                   | 1,61                    |



|       |     |        |
|-------|-----|--------|
| UFRJ  | 3   | 1,61   |
| UFC   | 3   | 1,61   |
| UGMG  | 2   | 1,08   |
| UFSC  | 2   | 1,08   |
| UFRN  | 2   | 1,08   |
| UFJF  | 2   | 1,08   |
| UFG   | 2   | 1,08   |
| UERG  | 2   | 1,08   |
| UNMA  | 1   | 0,54   |
| UNAMA | 1   | 0,54   |
| UFSM  | 1   | 0,54   |
| UFS   | 1   | 0,54   |
| UFPEL | 1   | 0,54   |
| UFPA  | 1   | 0,54   |
| UFMT  | 1   | 0,54   |
| UFGRS | 1   | 0,54   |
| UFES  | 1   | 0,54   |
| UFBA  | 1   | 0,54   |
| Total | 186 | 100,00 |

Fonte: Elaboração própria (2019).

No caso das instituições aqui classificadas de outra natureza, por não serem nem uma universidade pública nem uma instituição privada, destacam-se o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), que são reconhecidos como centros de excelência na pesquisa em Ciências Sociais, porém com foco mais abrangente, com muitos estudos nas áreas de Sociologia, Cultura e Economia (NAVES, 1995;

ELIAS, 2006; ARAÚJO, 2017). A Tabela 11 apresenta esses resultados.

**Tabela 11** – Instituições nacionais de outra natureza

| Instituições | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|--------------|---------------------|-------------------------|
| CEFOR/Câmara | 10                  | 58,82                   |
| ILB/Senado   | 4                   | 23,53                   |
| CEBRAP       | 2                   | 11,76                   |
| CEDEC        | 1                   | 5,88                    |
| Total        | 17                  | 100,00                  |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A partir da Tabela 12, pode-se constatar que, dentre as instituições estrangeiras, destacam-se as latino-americanas, como universidades argentinas, mexicanas e uruguaias. Na sequência, estão

as instituições estadunidenses, seguidas das europeias. A análise dos textos revela, contudo, que a assinatura de autores estrangeiros aparece praticamente na forma de co-autoria com pesquisadores brasileiros, salvo poucas exceções. Registramos apenas seis artigos, do total de 233, de autores estrangeiros sem co-autoria de brasileiros. Desses seis, três foram publicados pela revista *Opinião Pública*, dois pela *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e um pela *Brazilian Science Political Review*. A co-autoria, entretanto, é um indicativo de cooperação acadêmica com centros estrangeiros de pesquisa na área de ciência política, com foco nas temáticas legislativas.

**Tabela 12 – Instituições estrangeiras**

| Instituição                        | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|------------------------------------|---------------------|-------------------------|
| Universidade de Buenos Aires       | 5                   | 12,82                   |
| Universidade Nacional do México    | 5                   | 12,82                   |
| Universidade de Salamanca          | 3                   | 7,69                    |
| Universidade Nacional do Uruguai   | 3                   | 7,69                    |
| University of Colorado             | 3                   | 7,69                    |
| Michigan State University          | 3                   | 7,69                    |
| University of California           | 3                   | 7,69                    |
| Washington University              | 3                   | 7,69                    |
| Oxford University                  | 3                   | 7,69                    |
| New York University                | 3                   | 7,69                    |
| Berkeley University                | 3                   | 7,69                    |
| German Institute of Global Studies | 1                   | 2,56                    |
| Kellog Institute                   | 1                   | 2,56                    |
| Total                              | 39                  | 100,00                  |

Fonte: Elaboração própria (2019).

A produção oriunda de instituições nacionais privadas também está concentrada no eixo Sudeste-Sul, com a seguinte distribuição: PUCMG (40%); PUCRS (40%); PUCSP (20%). Esse resultado é condizente com a configuração atual do sistema de pós-graduação em Ciência Política no Brasil, especialmente os estudos sobre o legislativo, ainda concentrado em universidades públicas. Dos 38 programas em atividade no país, apenas três estão em instituições privadas: PUCSP, PUCRJ e Unieuro-DF.

### 6.3. AUTORIA X SEXO

Uma informação relevante sobre o perfil dos pesquisadores diz respeito ao sexo, em especial, a quantidade de autores e autoras presentes nos trabalhos. Os dados mostram um nítido predomínio de autoria masculina (62,23%), o que torna oportuna a alusão ao alerta dos estudos

feministas que chamam atenção para a relação entre ciência e gênero, ressaltando o predomínio de autores masculinos na maioria das ciências, como ocorre com a ciência política (SEDEÑO; ALCALA, 2001).

Um argumento relevante acionado pelos estudiosos das desigualdades de gênero nas carreiras acadêmicas é que “padrões de produção científica são socialmente construídos e, nesse caso, eles evidenciam as construções sociais de gênero na academia” (VELHO; LÉON, 1998, p.317). Os impactos nas carreiras científicas, “deste processo de socialização para papéis sexuais bastante distintos é um fenômeno conhecido como *gender tracking* ou concentração de mulheres em disciplinas particulares” (p.313). As autoras argumentam que as condições e circunstâncias que produzem a exclusão ou a menor participação das mulheres “não são homogêneas em todas as áreas do conhecimento e países”, visto que

são influenciadas pela tradição cultural e nacional, pelo nível de desenvolvimento econômico dos países, pelo papel que é localmente atribuído à ciência, pela estrutura social, pelo sistema educativo e pela presença ou ausência de sistemas que viabilizem a vida profissional e familiar da mulher (Velho e Léon, 1998, p. 317).

Alguns estudos apontam que existem dois tipos de desigualdades nas carreiras acadêmicas brasileiras. A primeira diz respeito à feminilização de algumas áreas, como Enfermagem, Letras, Educação e Serviço Social, enquanto a segunda refere-se à cultura organizacional, que privilegia os homens na indicação dos cargos de direção. Seja em um caso ou no outro, os estudos sobre as desigualdades entre os sexos na carreira acadêmica “atribuem a desvantagem feminina à discriminação no local de trabalho e/ou às demandas sociais colocadas sobre as mulheres” (MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015, p.786).

Convém registrar ainda estudos que ressaltam a divisão sexual do trabalho acadêmico e das atividades legislativas (BUSANELLO; REHBEIN, 2017). Além disso, há pesquisas que ressaltam o baixo investimento da Ciência Política em análises capazes de correlacionar de forma adequada a sub-representação feminina na política com as teorias feministas (MATOS, 2012).

#### 6.4. ÁREA DE FORMAÇÃO DOS AUTORES

Os artigos contam com a participação expressiva de autores de áreas como Sociologia, Comunicação Política e Ciências Sociais, como se lê na Tabela 13. A participação exclusiva de cientistas políticos é de 55,31%, o que se explica pela própria história da Ciência Política no Brasil, como foi visto na primeira parte do texto. Apesar do esforço de se diferenciar das demais Ciências Sociais e de construir e demarcar sua própria identidade, os dados chamam atenção para a expressiva participação de estudiosos de outras áreas para as pesquisas sobre o Poder Legislativo

no Brasil. O interesse de pesquisadores de outras áreas também chama atenção para o fato de o legislativo ser um objeto multidisciplinar, que permite ser estudado sob diversas perspectivas, seja pelo ângulo da sociologia política, da antropologia, da midiática política, da história ou do enfoque jurídico, entre outras possibilidades.

**Tabela 13** – Área de formação dos autores

| Área             | Frequência absoluta | Frequência relativa (%) |
|------------------|---------------------|-------------------------|
| Ciência Política | 172                 | 55,31                   |
| Sociologia       | 69                  | 22,19                   |
| Comunicação      | 40                  | 12,86                   |
| Ciências Sociais | 16                  | 5,14                    |
| Filosofia        | 7                   | 2,25                    |
| Antropologia     | 3                   | 0,96                    |
| História         | 2                   | 0,64                    |
| Economia         | 3                   | 0,64                    |
| Total            | 311                 | 100,00                  |

Fonte: Elaboração própria (2019).

Convém esclarecer que a área de formação dos autores foi realizada com base nas informações biográficas que constam nos próprios artigos. Isso explica, por exemplo, alguns com a titulação em Sociologia e outros em Ciências Sociais. Tal nomenclatura aparentemente redundante se justifica pela existência de cursos de mestrado e de doutorado que oferecem o diploma com essas referidas denominações. Preferimos manter fidelidade às informações biográficas fornecidas pelos próprios autores, portanto.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo mapear, de forma exploratória, a produção científica brasileira na área de ciência política, cujos estudos analisam o poder legislativo. Trata-se de um exercício metacientífico que intenta contribuir para a compreensão de um campo acadêmico em fase de afirmação e de consolidação no Brasil. O mapeamento revela alguns dados que merecem ser destacados, começando pela distribuição dos artigos publicados ao longo do período analisado. Apesar de alguns picos localizados, há uma distribuição relativamente expressiva, relevando que o poder legislativo tem sido um tema presente nas pesquisas desde a década de 1980 (Apêndice 2), apesar de ressalva de que ainda é um tema pouco explorado, especialmente no âmbito dos legislativos estaduais e municipais.

Quatro periódicos se destacam na liderança quando se trata da divulgação dessa produção, com uma ressalva relevante por se tratarem de revistas com classificação “A” no *Qualis*. São elas: *Dados*, *Revista de Sociologia e Política*, *Opinião Pública* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Isso significa que apesar de limitada, trata-se de uma produção qualificada, que serve de referência para novos estudos e para os próprios programas de pós-graduação na área.

Mesmo qualificada, a produção é predominantemente individual, com 66,52%. A produção interinstitucional também é escassa, com apenas 16%, envolvendo, na maioria dos casos, apenas duas instituições. Esses são indicadores relevantes para a avaliação de uma área acadêmica, conforme vimos no tópico da análise. Por um lado, isso pode ser indício de juventude da área, mas por outro pode indicar baixa institucionalização no que se refere às linhas de pesquisas nos programas de pós-graduação, voltados para estudar o legislativo. Quanto à titulação dos autores, predominam os doutores (69,04%), sobretudo do sexo masculino.

Predominam as pesquisas qualitativas tipicamente individuais, como a análise documental, estudos bibliográficos e de casos. A área com maior institucionalização é a de políticas públicas, que constitui o setor mais expressivo no *ranking* das publicações. O referencial teórico predominante são os estudos legislativos, reforçando as influências estadunidenses na configuração do campo da ciência política no Brasil, conforme foi discutido na primeira parte do texto.

Pressupomos, por fim, que esse diagnóstico seja útil para a compreensão desse emergente campo de pesquisa e que os dados apresentados possam fomentar a reflexão dos próprios pesquisadores da área. O exercício reflexivo é relevante em todas as áreas de conhecimento, não apenas como forma de vigilância epistemológica, mas também como meio de socializar as análises, com seus diagnósticos e constatações. Afinal, quanto mais se conhece sobre uma área, mais é possível contribuir para seu amadurecimento e sua consolidação. O fazer científico requer avaliação contínua e sistemática. No caso brasileiro, esse tipo de avaliação tem sido feita desde os primeiros esforços em prol da institucionalização da ciência política brasileira, conforme foi exposto na primeira parte do texto (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1994a; 1994b; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995; SANTOS, 1994; 2006; 2008).

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, n° 1, p. 5-38.
- ANASTASIA, F., INÁCIO, M. (2006). Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades. *Cadernos Aslegis*, vol. 40.

ARAÚJO, S., SILVA, R. (2012). Reflexões e novas agendas de pesquisa para os estudos legislativos no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, vol. 2, n° 1, p. 58-74.

ARAUJO, C. (2017). Um rito de passagem: Cedec e Lua Nova. *Lua Nova*, n° 100, p. 15-23.

ARRETCHE, M. (2003). Apresentação. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n° 51, p. 7-10.

ARRUDA, M. A. do N. (2001). A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, vol. 1.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 70.

BUSANELLO, E. REHBEIN, M. (2017). As deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados: quem são elas e como chegaram lá? *E-Legis*, vol. 10, n° 23, p. 106-132.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2016). *Documento de Área*. Disponível em:  
[https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/39\\_cpol\\_docarea\\_2016.pdf](https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/39_cpol_docarea_2016.pdf). Acesso em: 24 mai. 2017.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2016). *Símula Estatística por Área*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area1>. Acesso em: 24 mai. 2017.

CARDOSO, F. H. (1978). A bibliografia sobre ciência política no Brasil (1949-1974). *Dados*, vol. 18, p. 3-32.

CODATO, A. et al. (2017). A colaboração na Ciência Política brasileira: um estudo exploratório do padrão de coautorias em periódicos nacionais. Trabalho apresentado no IX Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideo, 26 de julho a 28 de julho.

ELIAS, P. E. (2006). Cedec 30 anos. *Lua Nova*, n° 69, p. 9-11.

MAIA, M, de F. S., CAREGNATO, S. E. (2008). Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 13, n° 2, p. 18-31.

FERES JÚNIOR, J. (2000) Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n° 15, p. 97-110.

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. (1995a). Terra incógnita: funcionamento e perspectivas do Congresso Nacional. Relatório de pesquisa. São Paulo, Cebrap, janeiro.

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. (1995b). Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, n° 12, p. 175-200.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. (1995c). Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 38, n° 3, p. 497-526.



FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. (1994a). Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, n° 29, p. 175-200.

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. (1994b). O Processo Legislativo e a Produção Legal No Congresso Pós-Constituinte. *Novos Estudos Cebrap*, n° 38, p. 3-38.

FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F. (1997). O Congresso e as Medidas Provisórias: abdicação ou delegação? *Novos Estudos Cebrap*, vol. 47, p. 27-154.

FORJAZ, M. C. S. (1997). A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n° 35, nov.

HARO, F. A. de. (2017). O impacto de (não) ter impacto: Para uma sociologia crítica das publicações científicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, n° 113, p. 83-106.

KEINERT, F. C., SILVA, D. P. (2010). A gênese da ciência política brasileira. *Tempo social*, vol. 22, n° 1, p. 79-98.

LAMOUNIER, B. (1977). Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 9.

LAMOUNIER, B. (1982). A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *Ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB.

LESSA, R. (2011). O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Revista Estudos Hum(e)anos*.

LEITE, F. B. (2010). Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n° 37, p. 149-182.

LIMONGI, F. (2001a). Institucionalização política. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Ciência Política. São Paulo, Sumaré.

LIMONGI, F. (1995). O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n° 37, p. 3-38.

LIMONGI, F. (1993). A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil 1962-1992. In: LIMONGI, F. (Org.), *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Sumaré.

LIMONGI, F. (2001). Por uma sociologia das ciências sociais. In: LIMONGI, F. (Org.), *História das ciências sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Sumaré.

LIMONGI, F. (2010). Estudos legislativos. In: MARTINS, C., LESSA, R. (Org.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: Anpocs. p.1-27.

LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A. (2004). Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva. *Revista Plenarium*, p. 41-56.

MATOS, M. (2012). A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, D. (Org.) *Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá*. 1ed. Goiânia: Editora da Universidade de Goiás, v. 01, p. 22-54.

MEADOWS, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos.

MOISÉS, J. A. (2011). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.

MOSCHKOVICH, M., ALMEIDA, A. M. F. (2015). Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. *Dados*, vol. 58, n° 3, p. 749-789.

MÜLLER, G. (2005). Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *Dados*, vol. 48, p. 371-394.

NAVES, R. (2006). Entre mortos e feridos: Novos Estudos e Cebrap de 1987 a 1995. *Novos Estudos-CEBRAP*, n° 75, p. 15-21.

PIROZELLI, P., SIMONI JR, S., LACERDA, F. (2012). Reflexões Epistemológicas sobre a Ciência Política Brasileira. Trabalho apresentado no 8º Encontro da ABCP, Gramado, 01 agosto a 4 de agosto.

PEIRANO, M. (2006). *A Teoria vivida e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar.

PEREIRA, C., MUELLER, B. (2000). Uma teoria da preponderância do poder Executivo: O sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n° 43, p. 45-67.

POGREBINSCHI, T., SANTOS, F. (2011). Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, vol. 54, n° 3, p. 259-305.

QUIRINO, C. (1994). Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados USP*, vol. 8, n° 22.

RENNÓ, L. R., INÁCIO, M. (2009). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Editora UFMG.

REIS, E. P. (1993). A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do Iuperj. In: MICELI, S. (Org.). *A Fundação Ford no Brasil*, São Paulo, Sumaré.

REIS, F. W. (1996). A propósito de ciência e dialética. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n° 4, p. 299-309.

REIS, F. W. (1967). A imaginação político-social brasileira. *Dados*, vol. 3, p. 133-149.

REIS, F. W. (1970). Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, vol. 7, p. 137-161.

REIS, F. W. (1978). Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.

SANTOS, C. M. (2003). Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, vol. 24, n° 83, p. 627-641.

- SANTOS, W. G. dos. (1980). A ciência política na América Latina. *Dados*, vol. 1, n° 23, p. 15-27.
- SANTOS, M. (2006). *As Teorias Positivas sobre a organização do legislativo e as explicações sobre o Congresso Nacional*. Recife. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco.
- SANTOS, M. (2008). Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro no Período 1994-2005. *BIB*, n° 62, p. 1-31.
- SANTOS, F. (2002). Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, vol. 45, n° 2, p. 237-264.
- SEDEÑO, E. P., ALCALA, P. (2001). *Ciencia y género*. Madri: Editorial Complutense.
- SOARES, G. A. D., SOUZA, C. P. R., MOURA, T. W. de. (2010). Colaboração na produção científica na Ciência Política e na Sociologia brasileiras. *Sociedade e Estado*, vol. 25, n° 3, p. 525-538.
- TAVARES, F. M. M., OLIVEIRA, I. C. de. (2016). Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas socioepistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 19, janeiro-abril, p.11-45.
- VANZ, A. S. de S., STUMPF, I. R. C. (2010). Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. *Perspectivas em Ciência da Informação*. vol. 15, n° 2, p. 42-55.
- VELHO, L. (1997). A ciência e seu público. *Transformação*, vol. 9, n° 3, p. 15-32.
- VELHO, L., LÉON, E. (1998). A Construção Social da Produção Científica por Mulheres”. *Cadernos Pagu*, n° 10, p. 309-344.

## APÊNDICES

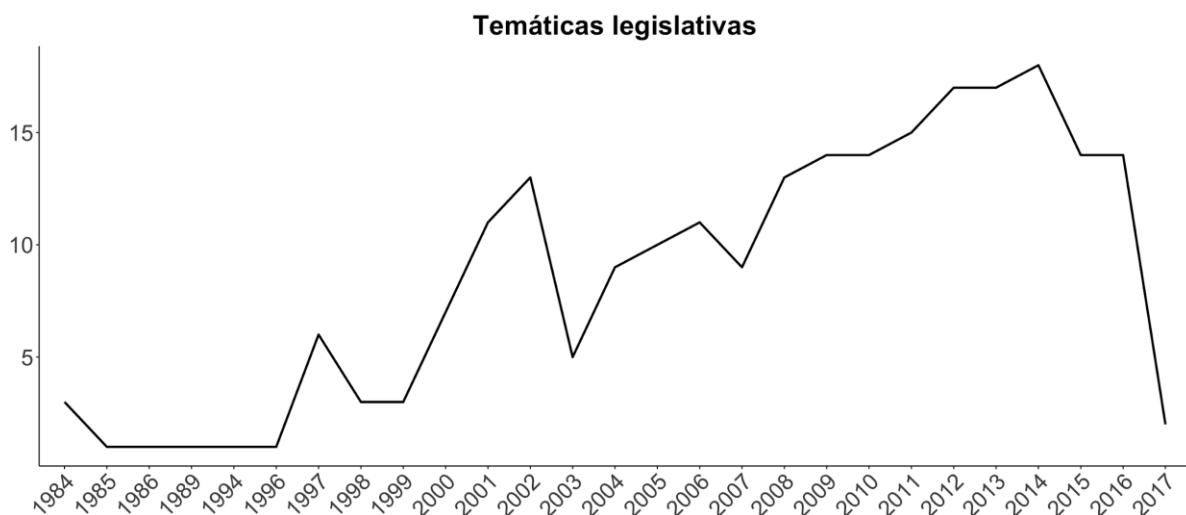
### Apêndice 1 – Periódicos estudados

|    | Qualis | Periódico                              | Acervo eletrônico | Volumes | Números | Periodicidade |
|----|--------|--|-------------------|---------|---------|---------------|
| 1  | A1     | Dados                                  | Desde 1996        | 59      | 80      | Trimestral    |
| 2  | A1     | Opinião Pública                        | Desde 2000        | 22      | 37      | Quadrimestral |
| 3  | A2     | Brazilian Science Political Review     | Desde 2012        | 6       | 13      | Quadrimestral |
| 4  | A2     | Caderno CRH                            | Desde 2007        | 29      | 32      | Quadrimestral |
| 5  | A2     | Lua Nova                               | Desde 1984        | 36      | 97      | Quadrimestral |
| 6  | A2     | Novos Estudos CEBRAP                   | Desde 2005        | 11      | 32      | Quadrimestral |
| 7  | A2     | Revista Brasileira de Ciências Sociais | Desde 1997        | 22      | 58      | Quadrimestral |
| 8  | A2     | Revista de Sociologia e Política       | Desde 1999        | 18      | 51      | Trimestral    |
| 9  | B1     | Revista Brasileira de Ciência Política | Desde 2011        | 6       | 17      | Quadrimestral |
| 10 | B1     | Sociedade e Estado                     | Desde 2000        | 17      | 45      | Quadrimestral |
| 11 | B1     | Sociedade e Cultura                    | Desde 1998        | 19      | 33      | Semestral     |

|    |    |              |            |     |     |               |
|----|----|--------------|------------|-----|-----|---------------|
| 12 | B1 | Sociologias  | Desde 2000 | 18  | 40  | Quadrimestral |
| 13 | B1 | Tempo Social | Desde 1989 | 28  | 57  | Quadrimestral |
|    |    |              | Totais     | 291 | 592 |               |

Fonte: Elaboração própria (2019).

## Apêndice 2 - Artigos sobre temáticas legislativas publicados por ano nos 13 periódicos examinados



Fonte: Elaboração própria (2019).

## Apêndice 3 – Termos de busca utilizados na pesquisa

|   | Termos                 |
|---|------------------------|
| 1 | Accountability         |
| 2 | Assembleia legislativa |

|    |                            |
|----|----------------------------|
| 3  | Bancadas parlamentares     |
| 4  | Câmara de vereadores       |
| 5  | Câmara dos Deputados       |
| 6  | Carreira política          |
| 7  | Comissões legislativas     |
| 8  | Comportamento parlamentar  |
| 9  | Comunicação política       |
| 10 | Confiança política         |
| 11 | Congresso nacional         |
| 12 | Constituição               |
| 13 | Constituinte               |
| 14 | Dados abertos              |
| 15 | Deliberação                |
| 16 | Democracia digital         |
| 17 | Deputada                   |
| 18 | Deputado                   |
| 19 | Discurso parlamentar       |
| 20 | Educação para a democracia |
| 21 | Eleições                   |
| 22 | Elites políticas           |
| 23 | Federalismo                |
| 24 | Grupos de interesse        |
| 25 | Grupos de pressão          |
| 26 | Imagem pública             |
| 27 | Legislativo                |
| 28 | Legislativos estaduais     |
| 29 | Legislativos Municipais    |
| 30 | Legislativos subnacionais  |
| 31 | Legislatura                |
| 32 | Leis                       |
| 33 | Lobby                      |
| 34 | Opinião pública            |
| 35 | Pacto federativo           |
| 36 | Parlamentos                |
| 37 | Participação política      |
| 38 | Participação política      |
| 39 | Partidos políticos         |
| 40 | Política e religião        |
| 41 | Políticas públicas         |
| 42 | Processo legislativo       |
| 43 | Produção legislativa       |

|    |                                  |
|----|----------------------------------|
| 44 | Projetos de lei                  |
| 45 | Recrutamento político            |
| 46 | Relações executivo x legislativo |
| 47 | Representação feminina           |
| 48 | Representação política           |
| 49 | Senado                           |
| 50 | Senador                          |
| 51 | Senadora                         |
| 52 | Transparência legislativa        |
| 53 | Valores políticos                |
| 54 | Vereador                         |
| 55 | Vereadora                        |

Fonte: Elaboração própria (2019).